

Aprovada na 925ª sessão

ALADI/CR/Ata 924
15 de dezembro de 2005
Horário: 15h35m às 16h25m

ATA DA 924 SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006 (ALADI/CR/PR 227).

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima e Ricardo Hartstein (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), José Amir Da Costa Dornelles e Roberto Goidanich (Brasil), Oscar Quina Truffa (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruiz Capote e José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Álvaro Enrique Garcés Egas (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Juan Carlos Ramírez Montalbetti, Nancy Doria de Guggiari e María Inés Benítez Riera (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Miguel Pereira (Uruguai) e, María Lourdes Urbaneja (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Boa tarde, iniciamos a sessão, ordinária, do Comitê de Representantes Nº 924.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

A Ordem do Dia está nas suas Pastas; está à consideração das Representações.

Não havendo observações, aprova-se. Passo ao ponto 2 que é a consideração do Orçamento por Programas da Associação .

2. Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006.

... Tem a palavra a senhora Presidenta da Comissão de Orçamento, Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, senhor Presidente, quero começar agradecendo muito especialmente a todas as Representações que participaram das duas últimas reuniões da Comissão de Orçamento e igualmente à Secretaria-Geral.

Estas reuniões se realizaram em 30 de novembro e em 14 de dezembro respectivamente. Desejo também agradecer ao Embaixador Olima, que presidiu a reunião de 30 de novembro.

Na Comissão notou-se claramente a importância da atividade dos diferentes Grupos de Trabalho, já que na medida em que os temas foram tratados nos Grupos se refletia fluidez no desenvolvimento da tarefa da Comissão.

Posso informar ao Comitê que no Relatório da Presidência que está nas Pastas de cada uma das Representações, estão os anexos do documento relacionado com o Orçamento e o Projeto de Resolução ALADI/CR/PR 277. Os temas revisados na Comissão foram as Atividades de 2005, igualmente os quatro anexos que formam a totalidade do documento que estamos revisando e aprovando, as Disposições Gerais e as Normas para a Execução do Controle do Orçamento 2006, o Anexo II, Orçamento de Receitas e Despesas para 2006, o Anexo III, Programa de Atividades da Associação para 2006 e o Anexo IV: Atividades do Sistema de Apoio aos PMDERs para financiar com créditos de 2004, igualmente está o projeto de Resolução.

Pediu-se à Secretaria-Geral que, atendendo as solicitações das diferentes Representações, refletisse as modificações nos respectivos anexos no documento que hoje se entrega.

Passo a resumir essas modificações: no Anexo I, de Normas, foram retirados os colchetes do Artigo 11, mantendo a redação original segundo foi solicitado pela Representação do Chile e fica o artigo: "prévia conformidade do Comitê de Representantes", refere-se ao tema de Cooperação que deve sempre ser aprovado com o conhecimento prévio ou a conformidade prévia do Comitê de Representantes.

No Anexo III do Capítulo de Seguimento e Acordos de Negociação, na Atividade IV inclui-se a Reunião de Especialistas Governamentais proposta pela Representação do México no tema da Nomenclatura e fica sujeita ao financiamento do BID.

No Capítulo V do Anexo III, inclui-se a Atividade V.14, a solicitação do Chile na que se pede um estudo jurídico e um projeto de acordo de alcance regional para a implementação e reconhecimento das assinaturas digitais.

Na Atividade V.32 do Capítulo V, incluem-se as Atividades solicitadas pela Representação do Peru, relacionadas com o tema cultural. Na Atividade V.1 transferem-se os projetos incluídos na Atividade ao Anexo V que se refere ao Sistema de Apoio aos PMDERs aprovados no passado Comitê de Representantes e que atualmente esse Anexo conforma o artigo segundo da Resolução a ser aprovada.

Na Atividade do Capítulo VI.5, a pedido da Representação do Chile, modificou-se o nome, porque tinha um foro que dizia: "O novo tratamento das assimetrias na integração sul-americana", o Chile solicitou uma mudança que expressasse a inclusão de todos os países-membros da Associação e foi denominado: Atividades vinculadas com um novo tratamento das assimetrias na região".

No Capítulo VII referente à Secretaria-Geral, a Representação do Chile igualmente pediu que fossem aprofundados os contatos da Secretaria-Geral com a OMC para propor a realização em Montevideu, uma vez ao ano, do Curso de Política Comercial que tradicionalmente se realiza em Genebra.

Portanto, senhor Presidente a proposta formal que apresentamos no Projeto de Resolução Nº 227 para aprovar a totalidade do orçamento de 2006 que consta de 4 artigos como mencionei:

"PRIMEIRO.- Aprovar o Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006, cujo montante total é de U\$S 4.444.335, que consta dos Anexos I, II e III da presente Resolução e da qual faz parte.

SEGUNDO.- Aprovar o Anexo IV da presente Resolução referente à aplicação dos créditos orçamentários remanescentes do exercício 2004 para o financiamento das atividades aprovadas pelo Grupo de Trabalho do Sistema de Apoio aos PMDERs onde estão detalhados.

TERCEIRO.- A Comissão de Orçamento por Programas fará o seguimento do Orçamento por Programas da Associação e formulará as recomendações pertinentes ao Comitê de Representantes para os ajustamentos que correspondam à execução e desenvolvimento do Programa para o ano 2006.

QUARTO .- O Orçamento por Programas da presente Resolução poderá ser ajustado pelo Comitê de Representantes com o objetivo de modificar e introduzir as atividades que correspondam, em função dos mandados do Conselho de Ministros da Associação . Caso seja necessário, o Comitê de Representantes autorizará a utilização do Fundo de Capital de Trabalho."

Isso é tudo senhor Presidente, os detalhes de cada uma das Atividades, os nomes e os números dos documentos podem ser lidos no Relatório que cada um dos Senhores tem nas suas respectivas pastas, muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada à senhora Embaixadora da Colômbia e submete-se à consideração o Projeto de Resolução para aprovar o orçamento para o ano 2006. Há algum pronunciamento? Não havendo nenhum pronunciamento ... o Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, senhor Presidente, aqui parece que não foi incluído ou não me expressei bem ontem com respeito à necessidade de ratear os totais de pessoal assinalados na categoria nas observações de rodapé de cada capítulo, segundo se comprometam em cada uma das atividades. Na nova versão não o vemos incluído, esse é um ponto e o outro ponto que temos a dúvida é que gostaríamos de conhecer o desglosamento do que significam os US\$ 80.600.- em Assessores na Gestão da Secretaria no ponto 1.

Necessitamos esses esclarecimentos para poder aprovar este orçamento, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Chile. A Presidenta da Comissão de Orçamento gostaria de responder-lhe?

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Considero que esta é uma nova dúvida que surge e refere-se ao Capítulo da Gestão da Secretaria-Geral, portanto considero que não sou a pessoa autorizada para responder essa dúvida e pediria à Secretaria que tomasse as medidas pertinentes, refere-se isto ao tema de Assessores. Deve ser a Secretaria-Geral quem responda.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhora Representante da Colômbia. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO GERAL. Obrigado, Presidente. Esta destinação de recursos é a mesma de exercícios anteriores e a Secretaria efetivamente destinou a Assessorias, isto é, o pessoal de apoio direto ao Secretário-Geral.

Dos respectivos contratos assinados com os Assessores resulta uma descrição clara das suas responsabilidades e tarefas e da aplicação dos recursos. Digamos, que embora não apareça descrito aqui, a leitura desta cifra deveria ser complementada com a referência a ditos contratos.

Se o Comitê considerar pertinente, poderíamos fazer algum tipo de indicação, sem prejuízo da aprovação do item, que considero que sendo igual ao do ano 2005 e não registrando nenhum tipo de incremento e à luz das atividades, tanto as convencionais como as novas. Considero que é um item que está justificado. Isso é o que posso dizer sobre esse ponto.

Quanto ao outro aspecto apresentado pelo senhor Representante do Chile, com respeito ao Quadro de Pessoal, há aspectos que incluem tanto custos da Secretaria-Geral como das Subsecretarias, portanto, isso é o que neste instante poderia responder.

No ponto que respondi, em primeiro lugar, considero que há uma atribuição de um recurso e um uso, diria, razoável do mesmo, dentro das atribuições do Secretário-Geral. Isso é o que gostaria de dizer por enquanto.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente, não temos nenhuma dúvida do bom aproveitamento dos recursos, temos total confiança e não questionamos os números, simplesmente é um exercício de transparência no qual insistimos permanentemente e certamente continuaremos fazendo.

O fato de que as coisas tenham sido feitas de outra forma em orçamentos anteriores, não impede melhorar a apresentação para que o orçamento seja mais inteligível e evite que tenhamos confusões ou dúvidas. Esse é o único ânimo que nos inspira bem como quando assinalamos nesta ocasião dois fatos essenciais: O primeiro se refere ao Quadro de Pessoal, inclusive repetirei a palavra que usei na sessão de ontem, aqui há um montante, desculpe, senhor Presidente, como “grosso modo”, usarei qualquer exemplo, aparecem US\$ 137.732.00 para o Quadro de Pessoal deste Capítulo, do Capítulo I, mas gostaria de conhecer sua distribuição, porque assinalo inclusive, é bom que vejamos as coincidências, as diferenças e em qualquer orçamento normal há uma coluna de observações que nos permitirá ajustar e, talvez, com o tempo ganharemos experiência que nos permitirá apurar muito mais estes números. Não estou discutindo os números como repeti anteriormente, não sei se está claro para a Secretaria o que minha Representação está solicitando, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Simplesmente para pontualizar, pelo que lembro, todas estas cifras foram apresentadas quando tive a primeira Reunião de Orçamento, em 30 de novembro, digo isto em função também de melhorar o aproveitamento do nosso tempo, ou o tema se apresenta na Comissão de Orçamento e se corrige, procuram-se os esclarecimentos necessários porque francamente, considero que, neste momento, apresentar este tipo de problema que, logicamente, todas as Representações têm direito a fazê-lo, mas considero que estamos desperdiçando as reuniões dos Grupos de Trabalho e da Comissão que para tal propósito se formaram, simplesmente isso, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Argentina. Portanto, com as observações do senhor Representante do Chile que são levadas em conta pela Secretaria-Geral pergunto se podemos aprovar a Resolução.

Não havendo objeções, aprova-se. Tem a palavra o senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Miguel Pereira). Obrigado, Presidente. Seguindo as reflexões do Chile quanto ao melhoramento de gestão, simplesmente uma idéia, não é uma proposta. Na medida em que aparecem esses créditos orçamentários remanescentes, projetos que ficaram obsoletos ou simplesmente ficaram aí e gastou-se menos do que havia, não sei se não será conveniente pensar para o futuro em compensar ou usar esses créditos orçamentários não usados e penderos porque este é do ano 2004, para reduzir o endividamento da Instituição.

Por outro lado, temos despesas que se mantêm no tempo, geram gastos financeiros que por sua vez acrescentam essas obrigações e, por outro lado, estamos gerando economias que aparentemente estão aí. Se continuarmos com o critério de que cada ano os programas se financiam com os recursos previstos para esse ano, o atrasado que sirva finalmente para começar a diminuir esse endividamento que atualmente, em termos internacionais as taxas de juros estão relativamente baixas mas que em algum momento podem outra vez subirem, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Uruguai. Faço uma pergunta à senhora Representante do México, se prefere ceder a palavra ao senhor Representante do Chile, se tiver alguma observação direta sobre o tema que estamos falando. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado à Representação do México e não gostaria que a presteza nos levasse a confusão, mas se a maioria das Representações quer aprovar o orçamento como está, não estamos em condições de fazê-lo e gostaria de insistir em um ponto que assinalei ontem, que é uma mecânica de rateio em ambos os casos que apresentaram, mas como está não nos dá satisfação, obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a senhora Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Na Comissão, ontem, certamente houve uma dúvida expressada não somente pelo Chile mas também foi manifestada a necessidade de que em cada atividade ficasse refletida a cifra destinada para o quadro de pessoal nessa atividade. Considero que é parte da preocupação do Chile.

Na Comissão apresentamos esta petição à Secretaria-Geral para que constasse do documento essa cifra entendendo que seria um trabalho mais dispendioso. Em cada Grupo de Trabalho falamos que fossem se apurando as necessidades particulares, isto com um objetivo e somente o submeto à consideração de todos procurando a maneira de que o orçamento, primeiro se entenda como um propósito e atividades que estão particularizadas, que estão descritas e que o que são os ajustamentos seja um trabalho que façamos na Comissão mas que fique refletida a preocupação de cada um dos Grupos. Digo isto com o propósito de que não nos sintamos obstaculizados, mas continua sendo nossa responsabilidade a forma como gostaríamos de ver refletido o orçamento.

Temos avançado, pois temos mudado a metodologia e gostaríamos de continuar mudando-a. Por conseguinte, é um trabalho conjunto da Comissão com a Secretaria-Geral e dos Grupos de Trabalho, isto é, todos nós teremos que ajustar o orçamento e a metodologia. Por esta razão, não considero um impedimento essa solicitação para que possamos aprovar o Orçamento, porque a cifra real existe, o que queremos é o ajustamento da apresentação da informação, que é um trabalho mais vinculado e mais próximo. Acredito que nós todos e a Secretaria podemos implantar essa nova metodologia. Portanto, convido-os a sentir-nos cómodos de que não será este o único ajustamento que queremos fazer. Tenho certeza que quereremos fazer muitos outros. Considero que é mais uma questão de forma de trabalho. Gostaria de propor que continuemos com o trabalho na Comissão tendo aprovado o orçamento e que ajustemos as necessidades nossas, em nossos próprios requerimentos.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante da Colômbia. Pergunto ao Representante do Chile se está satisfeito com a explicação da Presidenta da Comissão de Orçamento.

Representação de CHILE (Oscar Quina Truffa). Não, logicamente, não nos satisfaz. Propusemos algo muito simples: ratear dois números que desejamos que fique registrado no orçamento. Se o resto das Representações puder aprová-lo, pode fazê-lo sem nenhum inconveniente. Não temos nenhum problema, não temos nenhuma dificuldade se tivermos um voto de minoria, o que queremos é que fiquem claras as observações.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Chile e agora tem a palavra a senhora Embaixadora do México.

Representação de MÉXICO (Perla Carvallo). Gostaria de ter a palavra um pouco antes, porque gostaria de dizer que realmente se uma Representação, como neste caso a do Chile, não está em condições de aprovar este orçamento, deveríamos esperar aprová-lo com tudo o que deva ter o orçamento.

Estou muito consciente de que o Embaixador Olima nos lembrou que isto estava na Mesa há 15 dias. Tivemos duas tardes para discutir um orçamento de um ano, duas tardes. Considero que há ainda muitas coisas que poderiam ser trabalhadas no orçamento. Simplesmente gostaria de aderir a que se uma Representação não está em condições, considero que não podemos aprová-lo, obrigada.

PRESIDENTE. Neste momento temos uma situação... mas solicita a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Considero que há tempo estamos trabalhando arduamente para que a Associação não seja somente mais eficiente, não somente tenha mais presença, mas também seus escassos recursos sejam administrados da melhor forma possível e com transparência.

Desejo que fique constância de que esta é a vontade geral de todas as Representações, juntamente com isso, com franqueza considero, porque o tema do rateio foi discutido em uma reunião prévia em 30 de novembro onde, segundo foi informado à minha Representação, diz-se que, em verdade, o exercício de rateio dos gastos da Secretaria nos Grupos de Trabalho é um pouco de ciência ficção, porque quem pode saber as horas-homem que levará o Grupo tal em tal data, por conseguinte, antes esse rateio punha-se e tinha-se concordado em que esse rateio fosse simplesmente um exercício de ciência ficção.

Portanto, respeito todas as opiniões porque esta é nossa forma de trabalhar, mas com franqueza ir embora sem aprovar o orçamento por esse tema, com as explicações dadas pela Presidenta da Comissão que está claro que aqui devemos continuar visualizando como se executa o programa, é muito provável que façamos ajustamentos, de fato, todos os anos anteriores sobre o orçado houve funções que não foram executadas e outras que foram executadas com custos não previstos, etc.

Um orçamento por programas é um objetivo que uma Instituição quer chegar. Um orçamento por programas é um objetivo de trabalho, não é um exercício físico matemático, com precisão, isto não acontece nos orçamentos nacionais nem nos orçamentos dos organismos, pelo que, com franqueza, considero que não seria um bom precedente que fôssemos embora após o trabalho realizado sem aprovar o orçamento.

Isto não significa que não tenhamos que dar atenção, isto não significa que não tenhamos que dar toda a adequada necessidade para pensar como se produzem ajustamentos, ajustamentos em todo sentido, ajustamentos para melhorar, ajustamentos para economizar, ajustamentos para ser mais eficientes, mas realmente considero que não justificaria que fôssemos embora sem aprovar o orçamento pelas razões assinaladas.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Argentina. Tem a palavra o senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). A verdade é que sem ânimo de polemizar sobre este ponto, mas minha experiência é que nos organismos internacionais todos os projetos recebem um determinado número de horas-homem e isso foi checado, inclusive, com relatórios diários sobre as horas-homens destinadas a um ou outro projeto de um mesmo funcionário, mas isso é um problema de administração interna que entendemos que a Secretaria pode fazê-lo de forma muito eficiente e sendo isto uma iniciativa primigênia, por assim chamá-lo na ALADI, não vemos o impedimento de que não

possamos partir este ano com uma metodologia de trabalho que tenha a ver com a destinação exata destes recursos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Representante do Chile. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Lourdes Urbaneja). Obrigada, Presidente. Gostaria em primeiro lugar, de pedir à Presidenta da Comissão alguma recomendação, já que ela tem feito parte desta discussão.

Gostaria também, em segundo lugar, de reiterar algo que continua sendo uma tarefa pendente. Considero que esta equipe tem tarefas pendentes em diferentes áreas. Temos estado preocupados por uma melhor maneira de destinar recursos, de estabelecer prioridades.

No Grupo dos PMDERs, estivemos falando muito disto, para não repetir metodologias, estudos, projetos e consultorias que contribuem muito. Fizemos um esforço e, nesse sentido, elogio algo que esta aqui nos PMDERs; nos projetos acordados diz algo que considero muito saudável e tenho certeza de que o estudaremos: “os montantes de cada projeto ficam sujeitos a uma re-destinação do Grupo de Trabalho correspondente”. Considero isso interessante porque nos leva a ver por dentro e considerar algumas observações.

Por exemplo, ontem, o Embaixador Pericás fazia uma recomendação em relação à publicação e difusão da diretoria de exportadores e acordos comerciais, etc. Dizia que antes de investir nisso, deveríamos investir em outras coisas, na inteligência comercial, em abrir caminhos. Não fazemos nada com publicar uma coisa se não abrimos os caminhos para que isso aconteça. Portanto, gostaria, neste momento da discussão, de assinalar o que poderia ser um bom mecanismo. Certamente a Presidenta da Comissão percebe que há insuficiências, há requerimentos pendentes e gostaria que ela ampliasse um pouco o que já disse, para ver se por esse caminho, conseguimos a saída ao que estamos propondo neste momento.

Repito, considero muito interessante o que está proposto aqui, “os montantes poderão ser rededicados”, consideramos um caminho adequado e não nos alarmamos se alguém dizer que há alguma diferença, é o estado natural de instituições como as nossas, é um direito e defendemos isso muito.

PRESIDENTE. Obrigado à senhora Delegada da Venezuela. Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Respondendo à minha colega, a Embaixadora da Venezuela, com muito prazer repito o que disse. Antecipando que estamos coincidindo as duas na mesma missão, no sentido de que os Grupos de Trabalho têm demonstrado serem efetivos e ajudar para a obtenção dos objetivos que marcamos e dentro dos Grupos onde se faz o trabalho mais árduo e onde se desenvolve a visão mais clara e onde se determinam as ações e as necessidades que apresenta cada Grupo, portanto corresponde com toda a autoridade ao mesmo Grupo determinar a prioridade das atividades, as ações e propor o custo das mesmas.

Nesse sentido, o grupo deve ter uma visão, e é possível se nos concentrarmos. Consideramos difícil uma situação uma atividade quando já a estudamos e expressamos nosso acordo ou desacordo. Uma coisa é o custo da atividade e outra é a metodologia e a forma de refletir nos documentos, de comunicar a informação da utilização dos recursos da Associação. Portanto, esse é o ajustamento que proponho, para o qual devemos levar em conta o trabalho de cada Grupo. Devemos estudá-lo na Comissão e estabeleceremos, segundo a nossa responsabilidade e o trabalho com a Secretaria-Geral, o esquema que estamos exigindo, mas para poder exigí-lo, devemos fazer as contribuições exatas do que queremos que fique refletido nesse documento. Portanto, considero que temos um montante total com mais ou menos ajustamentos. Devemos utilizar o mencionado montante e deixá-lo refletido no documento. Todos nos Grupos e na Comissão de Orçamento devemos comprometer-nos nesse trabalho.

Portanto, Embaixadora, espero que isto simplesmente esteja reforçando sua própria intervenção e as minhas anteriores, não sei se esclareço sua dúvida.

PRESIDENTE. Obrigado à Embaixadora da Colômbia. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Considero que colocaram-se sobre a Mesa algumas observações, diria, importantes para o orçamento e sua própria execução, sua própria gestão e considero que isso poderia habilitar um trajeto de participação da Comissão de Orçamento ao longo deste processo que ao estabelecer recursos em função de um programa permita ajustar com rigor, com precisão, se esse programa está se cumprindo e dentro dos limites nos quais foi fixado. Isto daria uma visão do orçamento de uma perspectiva mais global.

Em segundo lugar, também como precisão de caráter geral, segundo o resultado do orçamento, não há nas atividades que envolvam os Grupos de Trabalho que não tenham passado previamente pela consideração dos mesmos. Este é um orçamento que pretende manter esse diálogo entre a origem das ações e a razoável divisão de tarefas entre os diferentes Grupos de Trabalho, esse é um elemento não menos importante no momento de ver o reflexo do orçamento quanto ao interesse das Representações.

O terceiro elemento que considero importante para todos os membros associados, para os Estados, para os Governos, é a meta de ajustamento. Neste orçamento há uma meta de ajustamento de 4.5 por cento, o qual se traduz em uma diminuição das contribuições dos países sócios. Portanto, esse é um aspecto de política geral do orçamento que considero que deve ser vista também de uma visão macro, de uma visão de políticas gerais da Secretaria.

Em quarto lugar, senhor Presidente, tenho algumas atribuições além de deveres, entre as atribuições que tenho, tenho a do artigo 38, letra ñ) que me atribui pelo Tratado de Montevideu faculdade de contratar, admitir e prescindir do pessoal técnico e administrativo de acordo com as normas que regulamentem sua estrutura.

A norma orçamentária não é uma norma de regulamentação da estrutura de contratação, é um desenho dos recursos e sua aplicação. De modo que, no que se refere aos oitenta mil dólares que de forma genérica estão previstos no Capítulo VII, são oitenta mil e seiscentos, de Direção, Supervisão e Controle das Atividades da Secretaria-Geral. Devo dizer que como homem de direito que sou, estou aplicando as competências e faculdades que me dá o Tratado e nisto quero ser muito claro e não declinarei dessa competência.

Finalmente, senhor Presidente, se a questão é que fiquem registradas algumas observações da gestão do orçamento e inclusive a consideração de se os recursos acumulados como consequência de execuções incompletas ou parciais de programas anteriores. Considero que esse é um tema que deve ser examinado, porque realmente acredito que é um tema fundamental das políticas, digamos, de execução dos programas e das políticas do bom uso dos recursos em tempo e forma, se forem pedidos recursos para serem executados em certo tempo, devem ser executados nesse tempo, salvo que exista um impedimento maiúsculo, notório que o torne impossível, mas não pode ser que se gere uma espécie de crédito em branco para dar uma sensação de volume e que depois não se aplique. Considero que essa não é uma boa política de execução orçamentária, portanto, considero que devemos ter boa disposição para examinar esse problema em detalhe, em profundidade.

Posso garantir, do ponto de vista da Secretaria, que não tomo este orçamento como uma espécie de autorização que de aqui a 31 de dezembro de 2006 me coloque em uma espécie de olimpo onde tenha que me desligar do que digam os Grupos de Trabalho ou da Comissão. Ao contrário, coloco-me no terreno de alguém que deve executar um orçamento em sintonia com as grandes orientações e propósitos dos Estados Associados, que são definitivamente os sonhos da Organização.

Em um documento apresentado em outubro, com data de 31 de outubro, em um dos parágrafos, o antepenúltimo parágrafo consta: “levando em conta, obviamente se refere ao orçamento, as distorções apresentadas nos resultados produto da quantificação dos recursos humanos da Secretaria-Geral aplicados por atividade optou-se por apresentar a modo informativo um montante global por Capítulo do Programa.”

Não é uma opção para ocultar, não é uma opção para não transparentar, é uma opção para apresentar uma quantificação e naturalmente o âmbito mais adequado, mais próximo, mais diretamente vinculado com este tema, creio que foi em seu momento os Grupos e a própria Comissão. Advogo pela aprovação do orçamento, porque hoje, 15 de dezembro, sei que a partir de agora se produz uma emigração e essa emigração fará certamente com que muitos dos senhores tenham que viajar aos seus respectivos países e esta Secretaria tem que seguir funcionando, não pode parar à espera do regresso dos senhores, que desejo que sejam felizes, mas que não será para esta Secretaria, nem para seu pessoal, se hoje sairmos daqui com uma espécie de signo de interrogação sobre o que acontece com o nosso orçamento.

Portanto, gostaria de dar a cada uma das Representações que formularam observações uma manifestação de compromisso, não só para complementar, no terreno do que é pura informação, os dados necessários, mas também acompanhar esta gestão de uma determinada conta regular, periódica nos termos em que a própria Comissão o preordene ou considere pertinente, e dessa maneira proceder, isto é, não colocando nossa lógica de concertação em um terreno de contraposição porque pensamos igual, não estamos pensando diferente. Eu não penso diferente que o senhor Representante do Chile quando ele diz: queremos ter uma regra de transparência e que o passado não seja um remanescente que devemos seguir fielmente como uma religião. Não fico preso ao passado, disse o do passado, na cifra oitenta mil dólares, apesar de que neste ano há mandatos sobreviventes que não tinha a administração anterior, que não tinha a administração anterior, porém, não estou pedindo um aumento. Isso marca, de por si, um critério na matéria.

Portanto, estou disposto a transparentar, da forma pertinente e dentro das minhas competências, essa observação, mas advogo e encareço a aprovação deste orçamento.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Aqui a situação é que as Representações se manifestaram em geral, exceto a do Chile, de acordo com a Resolução. A Representação do Chile manifestou claramente que não estava contrária, que estava com os montantes, tinha observações quanto aos detalhes dos dois itens. Com estes antecedentes e com o compromisso, obviamente a disposição nossa de que a Secretaria-Geral e a Comissão de Orçamento ampliem a informação solicitada pela Representação do Chile. Proponho aprovar a Resolução neste momento.

Não havendo objeções, aprova-se, e faz parte da presente Ata, muito obrigado.

Tem a palavra a Embaixadora do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigada, gostaria primeiro de lembrar que no ano passado na anterior administração, tivemos uma sessão parecida a esta na que o México pediu que durante o ano que transcorreu se pudesse adotar uma norma para a elaboração do orçamento, que fosse mais clara e que nos permitisse levar o orçamento a bom termo.

Lembro-me, muito bem, que estava o encarregado da Comissão ou o Presidente da Comissão, que deu explicações parecidas às que hoje foram dadas e considerava que agora deveríamos encarregar-nos do assunto para encontrar uma metodologia que nos permitisse ter um orçamento um pouco mais transparente.

Tendo dito isto, gostaria de fazer uma intervenção da minha Representação, para que conste em atas.

2005 foi um ano muito intenso, no qual nos dedicamos ao Comitê e as novas autoridades da Secretaria-Geral a ordenar nossos trabalhos, com o objetivo de cumprir com os mandados do Conselho de Ministros, nosso órgão político máximo.

Em matéria de reestruturação, demos um grande passo, mas ainda há alguns aspectos pendentes. A Representação do México deseja reiterar a conveniência de trabalhar com dedicação em uma política de recursos humanos, necessária para acompanhar o processo de reestruturação da Secretaria-Geral. Quanto ao documento no qual temos trabalhado, nossa Representação teria preferido não abrir “sub-parcelas” que, eventualmente, pudessem restar transparência ao exercício orçamentário.

Consideramos que o Orçamento por Programas para 2006, que aprovamos, contém muitas atividades, que demandarão de todos nós muito trabalho e dedicação, mas, sobretudo um estreito seguimento da Comissão de Orçamento, para cumprir com os objetivos que nos impusemos. Em todo caso, reiteramos a conveniência de orientar nossos esforços e escassos recursos a aquelas atividades prioritárias nas que haja possibilidade de concretizar resultados.

Entre nossos grandes assuntos pendentes temos a situação financeira da Associação. Temos um mandado do Conselho de Ministros para encontrar “uma fórmula para a solução definitiva do endividamento dos países com a ALADI e um sistema de financiamento que garanta seu adequado funcionamento”. Disto depende, em grande medida, que nossos programas efetivamente possam ser cumpridos, alcançando seus objetivos, em uma palavra, que trabalhem com eficiência. Por isto, proponho que este tema seja incorporado à agenda do Comitê de Representantes. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à senhora Embaixadora do México. Se não houver outro ponto e como esta será a última sessão do Comitê com todos seus Representantes, quero desejar a todos e cada um dos senhores de maneira pessoal e oficial boas festas e que o próximo ano seja cheio de ventura em todos os níveis e um Feliz Natal!
